

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.151 - SP (2019/0241558-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SÃO PAULO
ADVOGADOS : ROSELI DOS SANTOS FERRAZ VERAS - SP077563
FLAVIA SANTOS ROMEU - SP248737
AGRAVADO : FERNANDO DA SILVA OLIVEIRA TAGLIANI
ADVOGADO : ARIANNE KWON IEIRI - SP348283
INTERES. : PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

MONITORIA. Prestação de serviços educacionais. Pretensão ao recebimento de quantia superior ao indicado no "edital das mensalidades/anuidades escolares". Inviabilidade. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, violação aos artigos 343, II, do Código de Processo Civil de 2015; e 884 do Código Civil.

Sustenta que a parte agravada não comprovou que o valor devido seria diverso do cobrado na ação monitória.

Defende a possibilidade de cobrança dos valores referentes aos serviços prestados a maior, em virtude da alteração da grade curricular ocorrida na hipótese.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 242 - 243, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão à agravante.

Ao afastar a pretensão em análise a Corte local registrou que (e-STJ, fls. 209

- 210:

Cuida-se de ação monitória promovida pela apelante para recebimento das parcelas de mensalidade do curso de graduação em Administração, vencidas e não pagas pelo apelado nos meses de maio e junho de 2012.

Acertadamente, a r. sentença apelada acolheu parcialmente os embargos monitórios.

De fato, a cláusula 3º do contrato de prestação de serviços educacionais estabelece que "O(A) CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em ou razão dos serviços educacionais, a anuidade ou semestralidade de acordo com os valores publicados no Edital à época própria para cada ano letivo" (fls. 47).

E, de acordo com o "edital das mensalidades/anuidades escolares" publicado pela instituição (fls. 166/169), o valor das mensalidades do curso de Administração Noturno no ano de 2012 era de R\$. 1.538,85 (fls. 168) e não, como alega a apelante, de R\$. 2.435,79.

Nesse contexto, incumbia à apelante, nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, comprovar a que, ao renovar o vínculo com a instituição de ensino no ano de 2012, o apelado anuiu à cobrança de mensalidades em valor superior ao praticado para os demais alunos. Não o fez, contudo, de forma que "não há fundamento para a cobrança de mensalidade no valor de R\$. 2.435,79, o que merece ser afastado" (fls. 175).

Conforme se verifica, após a análise de cláusulas contratuais, fatos e provas a Corte local concluiu que a parte agravante não comprovou que a parte agravada teria anuído com a cobrança a maior dos valores de mensalidade devido, reputando indevida a cobrança do valor excedente ao que contratado.

Nesse contexto, a revisão da conclusão adotada na origem, é medida que encontra veto nas Súmulas 5 e 7, do STJ, por demandar necessário reexame de cláusulas contratuais, fatos e provas.

Por outro lado, o aludido ônus de comprovar que a parte agravada não anuiu com a cobrança a maior não poderia a esta ser imputado, sob pena se lhe exigir a produção

de prova de fato negativo, ou do que se tem por prova diabólica, providência rechaçada pelo ordenamento jurídico vigente.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CHEQUE. EXCEÇÕES PESSOAIS. TERCEIRO DE BOA-FÉ. INOPONIBILIDADE. HONORÁRIOS. VALOR. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, que reconheceu a exigibilidade do título e que o terceiro agiu de boa-fé, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, nos termos da Súmula nº 7/STJ, é inviável nesta instância especial.

2. Exigir do agravado a prova de fato negativo (inexistência de má-fé) equivale a prescrever a produção de prova diabólica, de difícil produção.

3. A fixação dos honorários nas ações em que não há condenação não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 533403 / MS, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA TERCEIRA TURMA, Julgamento, 18/6/2015, DJe 4/8/2015)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora